

A IMAGEM DOS ESCRAVOS COMO BENS E RIQUEZAS DOS SENHORES DE ENGENHO: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL.

Yasmin Belmonte dos Santos
Mota¹

Tássia de Abreu Santos Matos²

Norma Suely da Silva Pereira³

Resumo

A escravidão foi um deplorável e extenso período da história brasileira, época em que pessoas escravizadas, sequestradas da África, foram trazidas à força para a nova terra, explorados como mão de obra gratuita e submetidos a vários tipos de trabalhos forçados. Para melhor compreender alguns aspectos dessa triste realidade, imposta ao povo negro na América portuguesa, constituiu-se um *corpus* composto por dois documentos notariais pertencentes ao *Livro I* do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia em busca de informações sobre as formas de avaliação dos escravos, listados como riquezas dos colonizadores. Por meio da leitura dos documentos coloniais selecionados, um testamento e um inventário *post-mortem*, pode-se verificar que o valor mercantil dos escravos era estabelecido por diversos aspectos que contribuíam para a avaliação, entre os quais a idade, a origem, a profissão, a situação física, o gênero e as habilidades profissionais. A quantidade de escravos listados, por si só era um indicativo do patrimônio que se possuía. Considerando-se a análise de tais aspectos presentes nos registros realizados nos gêneros textuais selecionados, busca-se discutir como tais práticas se perpetuam no imaginário coletivo. Diante disso, é possível observar que os escravos eram soma de riquezas para seus donos.

Palavras-chave: Escravos. Bahia colonial. Inventários. Livros do Tombo.

1. INTRODUÇÃO

É indubitável reiterar que a escravidão foi um período atroz na nossa história.

¹ Graduanda em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista de iniciação científica do Projeto Permanecer. E-mail. yasmimbmonte@hotmail.com.

² Graduanda em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. E-mail. tassiasmatos@hotmail.com.

³ Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente, professora adjunta do Instituto de Letras na mesma instituição. Email. normasuelypereira@yahoo.com.br.

Esse processo se manifestou na época do Brasil Colônia e se propagou por muito tempo, isso porque, o processo escravista era uma fonte de riqueza na época. Logo, considerando os fatores sociais, enquanto havia lucro de um lado, do outro era grande o sofrimento e exploração. Diante disso, trazemos nesse artigo questões acerca da escravidão, as vantagens econômicas para os senhores de engenho e a objetificação dos nativos como produtos de alto valor, a ponto de serem contabilizados como patrimônio e índice de riqueza em inventários e testamentos.

2. A ESCRAVIDÃO: TRÁFICO E ALTOS LUCROS

A escravidão no Brasil iniciou-se durante o período colonial, quando se intensificou a exploração econômica, entre os períodos de 1540 e 1580. No início do período colonial tentou-se estabelecer um processo escravista com os índios, porém, por diversos fatores, esse projeto malogrou. Diante disso, os colonizadores passaram a utilizar os negros como mão de obra servil, o que resultou em altos lucros, pois além de ser uma mão de obra não remunerada, os africanos possuíam habilidades requeridas para o trabalho. Como destaca Boris (1969, p.29), calcula-se que” [...] entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino”. Com isso, muitos negros foram, forçadamente, trazidos para o Brasil, nos porões de navios negreiros, tendo que enfrentar longas viagens e situações miseráveis que iam de fome e sede à doenças mortais. Por esse motivo, um grande número de africanos não conseguiu chegar com vida na América e nos demais Portos. Nos anos de 1700 a exportação de negros se intensificou, ampliando os maus-tratos e a violência já começava em África, com a crueldade da captura, e tinha continuidade nos portos e no transporte marítimo, em condições subumanas, em porões de navios apinhados de gente. (MESGRAVIS, 2017). Além desses sofrimentos enfatizados pela autora, os africanos também foram subjugados ao serem retirados de seus territórios de origem, afastando-se forçadamente de se suas culturas, família, tradições e línguas.

É importante ressaltar que os povos africanos escravizados vieram de várias regiões do continente, a exemplo de Angola, Guiné, Congo, Sudão e Moçambique. Desse modo, cada povo carregava traços específicos de sua própria identidade,

inclusive, muitos ocupavam postos de destaque em suas tribos e reinos. Ao chegar no Brasil, os negros eram separados de seus familiares e colocados com povos de línguas diferentes para evitar a comunicação entre eles. Assim, os colonizadores tentavam evitar que eles se organizassem contra o processo escravista, por meio de rebeliões. Depois de serem vendidos, os escravos começavam as atividades específicas na Colônia, inicialmente no plantio e na colheita da cana de açúcar, bem como na produção açucareira nos engenhos, sendo o açúcar um produto de destaque na economia da época.

Os senhores de engenho compravam escravos suficientes para trabalharem nas fazendas, utilizando critérios específicos na seleção: para o trabalho na lavoura, por exemplo, eram escolhidos os homens mais jovens, já para os serviços na Casa Grande optavam pelas mulheres, embora muitas escravas trabalhassem na lavoura também. “A crueldade contra esses seres humanos prosseguia no trabalho forçado, nos castigos físicos e psicológicos a que eram submetidos pelos senhores ou seus capatazes” (MESGRAVIS, 2017, p. 39). Por esse motivo, cansados de todo sofrimento e exploração, muitos escravos negros rebelaram-se contra a política escravocrata, como assinala Boris (1996):

Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos, desde os primeiros tempos. Os quilombos, ou seja, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial. Palmares - uma rede de povoados situada em uma região que hoje corresponde em parte ao Estado de Alagoas, com vários milhares de habitantes - foi um desses quilombos e certamente o mais importante (BORIS, 1996, p.30).

2.2. A ESCRAVIDÃO NA BAHIA

No período em foco, a Capitania da Bahia exercia o papel de “cabeça de Estado” por sua importância no desenvolvimento da Colônia. A economia girava em torno de suas terras e seu porto, o principal da América latina no início do período colonial era porta de entrada e saída de muitos bens e riquezas, entre os quais os escravos africanos.

O trabalho das pessoas escravizadas foi a base principal do desenvolvimento colonial. Além disso, os senhores de engenho tinham no tráfico uma fonte significativa de lucros.

“Com o tráfico, sempre mais cruel do que o regime servil a que seriam submetidos, inicia-se a história dos negros transportados da África para a Bahia” (VIANNA, 2008, p.33). A capitania da Bahia, que foi a segunda mais importante dentre as Capitanias hereditárias até o século XIX, graças ao seu solo favorável à produção canaveieira, terminou por desbancar Pernambuco e se tornou o centro açucareiro de maior importância no Brasil, crescendo, conseqüentemente, o número de engenhos na região. Nos engenhos, mais de 50% da mão de obra era escrava, e com o aumento da quantidade de engenhos, cresceu também a demanda pela mão de obra servil. Conforme destaca Boris, (1996, p.29), durante o período das Capitanias hereditárias, “os grandes centros importadores de escravos foram Salvador e depois Rio de Janeiro, cada qual com sua organização própria e fortemente concorrentes”.

A escravidão já era utilizada na Europa, os traficantes enriqueciam com o então mercado de escravos, ampliando o lucro dos colonizadores, uma vez que nesta época não existia nenhum tipo de direito para os negros escravizados. Durante esse período o fumo produzido no Recôncavo baiano era utilizado como moeda de troca por escravos em África, o que concorreu para a intensificação da entrada de africanos na região.

Na Capitania da Bahia, como nas demais da região Nordeste, os negros trabalhavam pesado nas fazendas, plantando e colhendo a cana de açúcar, e os castigos também existiram de maneira cruel. Como aponta Reis (2014, p.69), a escravidão na Bahia também foi marcada por grandes rebeliões feitas pelos escravos, entre elas, e talvez mais importante, a Revolta dos Malês ocorrida em 1835. Esse movimento foi liderado por negros mulçumanos escravizados, com o propósito de dar fim ao sistema escravista e a imposição da igreja Católica. Infelizmente, a revolta não teve o resultado esperado, tendo seus líderes mortos, porém foi o começo para as sucessões de revoltas feitas contra a escravidão. Conforme Vianna (2008), o ano de 1830 “seria o último ano da legalidade da imigração negra. Até essa data, nesse século, teriam entrado, na Bahia, 75.480 sudaneses e 111.450 bantos. 187.930 negros haviam sido importados pela Bahia” (VIANNA, 2008, p. 121).

3. O CORPUS

3.1. Os Livros do Tombo

“Os Livros do Tombo” são livros de registro, caracterizados por colecionarem documentos de uma determinada época que atestam os bens pertencentes a uma dada instituição. A expressão vinda do português significava inscrever nos arquivos do Reino. A coleção dos *Livros do Tombo* do Mosteiro de São Bento da Bahia é composta por seis obras, O *Livro Velho* do Tombo, o *Livro I, II, III, IV*, e o *V*, os quais se encontram no Arquivo Histórico do Mosteiro, que, junto com a Biblioteca e o seu Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro foram recentemente tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As obras registram muitas informações acerca de fatores históricos, culturais e sociais, que as tornam, segundo a UNESCO, Patrimônio da Memória do Mundo (SOBRAL, 2016).

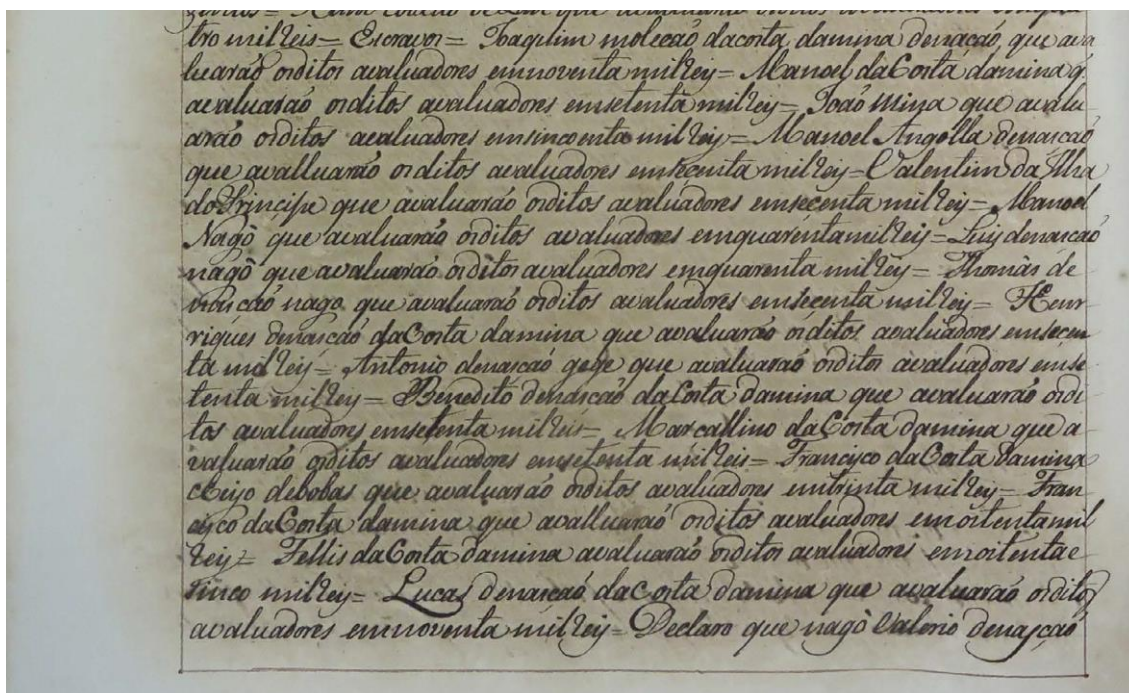
Segundo a professora Alícia Duhá Lose, Coordenadora Geral da Coleção, cada livro traz sua característica histórica e documental. No Livro I, o foco de estudo desse trabalho, seguindo o aspecto histórico está a linhagem de Duarte Coelho, o primeiro donatário de Pernambuco. Contudo, analisando o aspecto estético, O Livro I tem sua capa encadernada em couro de porco com brasão, sendo sua dimensão 487mm x 339 mm de papel avergoado de alta gramatura, pontusais (linhas de cateneta) verjuras e filigranas. Além disso, podemos destacar as questões paleográficas que segundo Berwanger e Leal, “[...] tem por objeto o estudo das características extrínsecas dos documentos e livros manuscritos, além da determinação de sua data e origem”. Isso porque, ainda sobre a coleção, a professora afirma que o Livro I comporta documentos do século XVI, XVII e XVIII, autenticados e escritos em Língua Portuguesa com expressões em Latim, além de algumas abreviações de determinados termos e específicas diferenças ortográficas. Entre esses documentos estão nossos objetos de análise, o Inventário *Post Mortem* do Reverendo Padre Alexandre Pereira do Lago (IPAPL) e o Testamento do Sargento mor Antonio Baldes Barboza (TSMABB). Logo, a coleção dos Livros do Tombo pode ser acessada por diversos públicos, pois os conteúdos abrangem diferentes áreas do conhecimento.

3.2 O Inventário *Post Mortem*

O inventário, como esclarece Bellotto (2002), é um tipo de documento feito para contabilizar os bens de um indivíduo e, geralmente, só é aberto após a sua morte. “Trata-se de documento diplomático, testemunhal, horizontal e notarial, o qual é validado e assinado por autoridades judiciais e notariais” (BELLOTO, 2002, p.70). O documento pode ser feito em vida, a depender da vontade do proprietário dos bens, ou então após o seu falecimento. Essa espécie documental, que foi muito utilizada durante o período colonial na América portuguesa, registrava toda espécie de bens desde talhares a mobílias, terras, gado e inclusive os escravos, considerados bens e propriedades dos senhores de engenho na época. É o que se observa, por exemplo, no inventário Padre Alexandre Pereira do Lago a (IPAPL), que pertence a coleção de documentos do Livro do Tombo:

[...]Prata = Sete colheres deprata vazadas que constara opezo daCertidão do ouvires, esete garfos vazados, emais duas colheres desopa que ava luarão os ditos avalluadores assento e evinte aoitava, eas colheres de sopa acem reis aoitava (...). Moveis = Duas caixas pequenas devinhativo que avalluarão os ditos avalluadores em quatromil reais (...). Escravos = Joaquim molecão da costa da mina denaão que avaluarão os ditos avaluadores em noventa mil reis (IPAPL, f.º268v, *L.I do Tombo*).

No inventário acima mencionado, eram contabilizados os imóveis, animais, os próprios escravos, os móveis e os utensílios. Além disso, diante das questões paleográficas o documento foi grafado com escrita humanística e formato cursivo, como revela um trecho do fac-símile a seguir:



Fonte: Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia, f.º 268v, L 22-38.

Transcrição:

[...] Escravos = Joaquim molecão da costa da mina denaõ que avaluaraõ os ditos
 avaliadores em noventa mil reis = Manoel daCosta daminha q(eu) avaluaraõ os ditos
 avaliadores emsetenta mil reis = João Mina que avaluaraõ so ditos avaliadores em
 sincoenta mil rei = Manoel Anólla denasção que avalluadores emseçenta mil reis =
 Manoel Nagô que avaluaraõ os ditos avaliadores emquarenta mil reis = Luis denação
 nagô que avaluaraõ os ditos avaliadores emquarenta mil reis = Thomãs de nasção nago
 que avaluarão os ditos avaliadores emseçenta mil reis = Henrriques denasção daCosta
 daminha que avaluaraõ os ditos avaliadores emseçenta mil reis = Antonio denasção gege
 que avaluaraõ os ditos avaliadores emsetenta mil reis = Benedito denasção daCosta
 daminha que avaluaraõ os ditos avaliadores emsetenta mil reis = Marçallino da Costa da
 mina que avaluaraõ os ditos avaliadores emsetenta mil reis = Francisco daCosta da mina
 cheyo debobas que avaluaraõ os ditos avaliadores emtrinta mil reis = Francisco da Costa
 da mina que avaluaraõ os ditos avaliadores emoitenta mil reis = Fellis da Costa da mina
 avaluaraõ os ditos avaluaores em oitenta e cinco mil reis = Lucas denasção da costa

damina que avaluaraõ os ditos avaudores em noventa mil reis = Declaro que nagô Valero denasção [...]

3.3. O Testamento

Segundo Bellotto (2002, p.89), o testamento é um “documento diplomático, testemunhal, horizontal e notarial” uma declaração do testador sobre o que deseja que seja feito dos seus bens e riquezas após sua morte. O testamento selecionado para integrar *corpus* desse trabalho pertence ao Sargento mor Antonio Baldes Barboza, que por sua vontade deixa seus bens para seu sobrinho Geraldo Baldes Leytão. Primeiramente, o testador descreve como quer que seja feita a distribuição de suas riquezas, que em seguida é transcrita e assinada por um tabelião, na presença de algumas testemunhas, por fim é fechado e lacrado, para que depois seja aberto e lido após a morte do testador para distribuição das posses. Além do mais, O testamento é classificado como um documento diplomático, pois tem função jurídica e comprova direitos (BERWANGER E LEAL, 2008). No TSMABB, analisando do ponto de vista paleográfico, a escrita também é humanística de formato cursivo, em tinta preta, com a caligrafia legível, escrita da esquerda para a direita.

Nesse testamento, está listado os nomes de alguns escravos e como são dados seus valores de cada um, tendo a análise de avaliadores que trabalham nessa classificação. Os critérios de avaliação dos cativos são diversificados. De Primeira, podemos perceber a diferença de valores entre os gêneros, sendo que os homens escravizados possuem valores maiores que as mulheres. Além disso, é perceptível as questões de idade, habilidade profissional e condição física, as quais influenciam demasiadamente nos valores dos negros, como revela o trecho a seguir:

[...] =Escravos= Francisco Angolla avaluado emseçenta mil reis = Sua mulher Maria dogentio deguiné avaluada emquarenta esinco mil reis = Roque dogentio deguiné avaluado emsincoenta esinco mil reis = Sua mulher Christina tambem dogentio deguiné alejada dobrço esquerdo avaluada emquarentamil reis = [...] Pedro dogentio deguiné taxeyro avaluado emseçenta mil reis[...]. (TSMABB, f°232r, L. I do Tombo)

4. OS ESCRAVOS COMO BENS E RIQUEZAS

Como já foi dito, a o tráfico negreiro foi uma atividade lucrativa no período colonial. Isso porque, a mão de obra escrava fortaleceu bastante a produtividade do açúcar. Durante esse período, obter um escravo era a representação de poder trazida aos senhores de engenho. Em vista disso, muitos africanos foram trocados por produtos valiosos, na Costa do Continente africano. Além do mais, era preciso ter um grande investimento de capital, pois os cativos valiam altos preços. “Em 1754, na Bahia, havia se vendido negros a 170\$000 os de 1ª escolha, e a 150\$000 os de segunda escolha. No fim do século custariam 140\$000” (VIANNA, 2008, p.47). Isso porque, a necessidade de ter escravos era de grande importância no período, já que os mesmos contabilizavam riquezas e poder econômico aos seus donos, sendo observável na seguinte passagem:

A escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionado seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço por obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão branco das cidades. Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos, nas cidades, com apenas um escravo (BORIS, 1996, p.41).

Como reforça Lévy-Bruhl (1934, p.16-17), citado por Vasconcelos (2012, p.138), “em Roma como em outros lugares, o escravo é um ser privado de direito. Do ponto de vista jurídico é uma coisa ou, se prefere, um animal”. Diante disso, os negros escravizados no período colonial, eram tratados da mesma forma, não tinham direitos, mas eram direitos, ou melhor, posses daqueles que os compravam, tendo que se submeter a ordens e restrições. Além disso, os proprietários poderiam vender, alugar, emprestar e até mesmo repassar (como herança), os escravos que possuíam. No inventário *post mortem*, por exemplo, os negros são contabilizados como produtos valiosos, seus valores são dados por meio de uma análise, dependendo dos critérios de avaliação alguns escravos chegam a somar grandes quantias.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ESCRAVOS

Os escravos do período colonial no Brasil, tratados como mercadorias, eram considerados como bens dos senhores de engenho. Por essa razão, os negros eram comprados, vendidos, trocados e deixados como herança. O valor de cada um era estimado nos negócios e poderia variar a depender de suas características, condições físicas, idade, sexo, a função desempenhada no engenho e até mesmo o seu lugar de origem. A situação pode ser observada no inventário do Padre Alexandre Pereira do Lago, em que o mesmo deixa seus escravos como herança e seus valores são estimados com variantes:

Escravos = Joaquim molecão da costa da mina denaão que avaluaraão os ditos avaluadores em noventa mil reis = (...) Thomás de nasção nagô que avaluaraão os ditos avaluadores emseçenta mil reis = (...) Antonio denasção gege que avaluaraão os ditos avaluadores emsetenta mil reis = (...) Antonia crioulla que avaluaraão os ditos avaluadores emtrinta mil reis (*IPAPL, f°268v, L.I do Tombo*)

Nas compras e vendas de escravos do período citado, era possível observar que a preferência na Capitania da Bahia era pelo sexo masculino e de idade adulta, por serem em geral mais fortes e ágeis, mais aptos para o trabalho efetivo nos engenhos. Se o escravo possuísse alguma deficiência ou lhe faltasse algum membro, o seu valor no mercado baixava. Raras eram as compras e vendas de escravos idosos, afinal a expectativa de vida deles era baixa e consequentemente, a procura e o preço dos idosos não era alta. Diante disso, é possível confirmar que havia critérios para aumentar a avaliação dos cativos.

Por outro lado, conforme assinalam Azevedo e Reis (2012), no livro *Escravidão e suas sombras*, o ofício dos escravos influenciava muito em seus valores, se o negro adulto não tivesse um ofício seu valor diminuía, as crianças escravas, por exemplo, não tinham ocupação no inventário, já que eram muito jovens para aprenderem um ofício, e por isso também eram avaliados com valores mais baixos. Além disso, é notório nos documentos que o valor das escravas era menor em comparação ao dos negros escravizados. Em um trecho do inventário é possível visualizar que os valores dos homens negros variavam

entre 60 mil reis e 90 mil reis. No entanto, a única negra listada foi avaliada em apenas 30 mil reis, valor bem menor que os outros em questão.”[...] = Antonia crioulla que avaluaraõ os ditos avaluadores emtrinta mil reis (fº268v, *L.I do Tombo*).

No testamento podemos observar outros critérios de valoração: a condição física e a habilidade profissional. No primeiro caso, o escravo que possuía alguma deformação física, tinha seu valor diminuído, pois era mais difícil desempenhar algumas funções. Em contrapartida, no segundo caso, ter uma habilidade profissional aumentava muito o valor do negro escravizado, como mostra a seguir:

[...] = Roque dogentio deguiné avaluado emsincoenta esinco mil reis = Sua mulher Christina tambem dogentio deguiné alejada dobraço esquerdo avaluada emquarentamilreis [...] = Pedro dogentio deguiné taxeyro avaluado emseçenta mil reis= Madalena dogentio deguine já velha avaluada emvinte mil reis [...] = Constantino Mestiço tambem Caldeyreyro mosetão avaluado emoitenta mil reis porter demais ama is oprestimo de Xarameleyro (TSMABB, fº232r, L. I do Tombo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo principal analisar as formas de avaliação dada aos escravos no período Colonial, o qual a escravidão era uma grande forma de acumular riquezas. Diante dos textos trazidos é possível perceber que os escravos somavam lucros e riquezas aos senhores de engenho, tendo isso registrado nos dois documentos trazidos, o inventário e o testamento. Além disso, buscou-se observar os critérios de avaliação a partir das características apresentadas pelos negros. Portanto, diante de um contexto histórico-documental o artigo apresenta detalhadamente um estudo sobre a imagem dos negros escravizados como produtos de lucro durante a América colonial.

REFERÊNCIAS

A **HISTÓRIA da escravidão negra no Brasil**. Disponível em <https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>. Acesso em 8/04/2019.

BELLOTTTO, Heloísa. **Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Artigo**. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial. São Paulo: 2002.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

INVENTÁRIO do Padre Alexandre Pereira do Lago. 1764. **Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia**. Salvador, Mosteiro de São Bento, 5 de abril de 1764. f. 268r-269v.

KRAUSE, Thiago. **Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002059120140002099. Acesso em 9 de abril de 2019.

LIVRO I do tomo do Mosteiro de São Bento da Bahia. Salvador, Mosteiro de São Bento. Edição semidiplomática. Coord. Marla Oliveira Andrade, Salvador: Memória & arte, 2016. Disponível em: <<http://saobento.org/livrodotombo/livros/livros-i/>> Acesso em 22/04/2019.

MEGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto, 2017

REIS, João José; AZEVEDO, Elciene. **Escravidão e suas sombras**. Salvador: EDUFBA, 2012.

REIS, João José. **Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S2237101X2014000100068>> Acesso em 22/04/2019.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. O escravo enquanto mercadoria: compra & venda e outras atividades mercantis envolvendo cativos em São Mateus/ ES na segunda metade do século XIX. In: IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA & VI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA. São Paulo: USP. **Anais** Disponível em http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Maria%20do%20Carmo%20de%20Oliveira%20Russo_1.pdf. Acesso em: 22/04/2019.

SOBRAL, Maria Graças das. Traços da cidade do Salvador em manuscritos quinhentistas. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA. 2016, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos**...Rio de Janeiro: CiFEFil, 2016. Disponível em: <<http://www.file:///C:/Users/HOME/Documents/sobral.pdf>>. Acesso em :22/04/2019.

TESTAMENTO de Sargento mor Antonio Baldes Barboza. 1780. **Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia**. Salvador, Mosteiro de São Bento, 9 de janeiro de 1780. f. 232r.

VIANNA, Luiz. **O negro na Bahia**. 4. Ed. Salvador: EDUFBA, 2008.